



Caça Algarve

Outubro 2007

BOLETIM OFICIAL DA FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE

EDIÇÃO N.º 50 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - PERIODICIDADE MENSAL



2

Converter lixo em Solidariedade

Editorial



3

Haja respeito e em todos os sentidos



4

Mau exemplo na Mata Nacional das Terras da Ordem



6

Entrevista ao Presidente da CM de Vila do Bispo



8

Primeira Feira da Perdiz de Alcoutim



Gilberto Viegas "mostra-nos" o seu município cinegético na entrevista concedida ao "Caça Algarve"

Ordenamento = Desenvolvimento



Caça à perdiz-vermelha na época venatória de 2007/2008 está autorizada apenas entre 5 de Outubro e 31 de Dezembro/07

Refúgio de Caça, ou reserva pró-furtivismo?



Converter Lixo em Solidariedade

Dando seguimento ao projecto "Caçadores pelo Ambiente", o segundo passo está agora a ser dado transformando o valor do material recolhido, designadamente o lixo metálico, em acções de Solidariedade.

Foi deste modo, que a Federação de Caçadores do Algarve realizou na sede da Associação Humanitária de São Marcos da Serra - Centro de Dia e Apoio Domiciliário, a primeira entrega de equipamentos comprados com o produto da venda do lixo recolhido - uma aparelhagem sonora com sistema Hi-Fi.

No acto estiveram presentes, para além do Presidente da Federação de Caçadores do Algarve, Vitor Palmilha, o Vereador das Obras da Câmara Municipal de

Silves, José Manuel Alves; os Presidentes da Assembleia Geral e da Direcção da Associação Humanitária de São Marcos da Serra - Centro de Dia e Apoio Domiciliário, respectivamente, Jorge Rita e Mário Augusto Franco; e ainda, José Cabrita, Presidente da Associação de Caçadores e Pescadores de Messines; Florêncio Martins, Presidente da Associação dos Caçadores e Pescadores de Pêra; Hugo Cabrita, Presidente da Associação de Caçadores Barrocal Algarvio; Joaquim Nunes, Presidente da Associação de Caça e Pesca Imbulgários; e Vitor Martins, Presidente dos Bons Caçadores da Mesquita.

Na próxima edição do Caça Algarve outras entregas do mesmo género serão também notícia.



Ordenamento Cinegético

ENTIDADE GESTORA <i>NOME DA ZONA DE CAÇA</i>	FREGUESIA	CONCELHO	PROCESSO	PORTARIA	ÁREA (ha)
CONCESSÃO DE ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVAS					
Clube de Caça Tiro e Queda Alturense <i>Mosteiro</i>	Mértola	Mértola	4754-DGRF	1281/2007 de 28 de Setembro	243
CONCESSÃO DE ZONAS DE CAÇA TURÍSTICAS					
Vivaldo's Serra Unipessoal Lda <i>Montes e Serras</i>	S. Marcos da Serra	Silves	4719-DGRF	1201/2007 de 19 de Setembro	327
ANEXAÇÃO DE ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVAS					
Associação de Caçadores dos Medronhais <i>Medronhais</i>	Martinlongo	Alcoutim	4243-DGRF	1318/2007 de 4 de Outubro	109
EXCLUSÃO DE TERRENOS DE ZONAS DE CAÇA MUNICIPAIS					
Clube de Caça e Pesca do Guelhim <i>Cerro do Guelhim</i>	Estói e Stª Bárbara de Nexe	Faro	4559-DGRF	1241/2007 de 25 de Setembro	8
Associação de Caça e Pesca "Os Monchiqueiros" <i>Fóia</i>	Marmelete e Monchique	Monchique	4179-DGRF	1296/2007 de 1 de Outubro	324

Haja respeito e em todos os sentidos



O cumprimento da legislação é uma regra fundamental a que o cidadão comum está obrigado e deve respeitar. Tratando-se de um caçador, no pleno exercício dessa sua actividade voluntária, a observância da Lei e de todos os demais deveres cívicos, designadamente no respeito pelo próximo e pelo espaço público, torna esse cidadão ainda mais responsável. Pois se o não fizer torna-se um caçador furtivo.

Isto porque recentemente, chegou ao meu conhecimento que um grupo de caçadores, eventualmente, não conhecendo muito bem aquela região em causa, terá invadido a Zona de Caça Associativa dos Currais. Ora, esta é a questão que me move pronunciar-me sobre esta matéria, na medida em que conheço perfeitamente aquela ZCA e só consigo entender que um caso destes nos dias de hoje ainda aconteça, por haver falta de fiscalização e mau funcionamento dos serviços.

Assim, hoje quero também deixar uma mensagem aos técnicos dos serviços da DGRF - Direcção Geral dos Recursos Florestais. Uma mensagem que é também uma recomendação - para que sigam com maior rigor a política do Ministério da Tutela, pois não faz qualquer sentido, o Senhor Ministro da Agricultura, Dr. Jaime Silva andar a defender o ordenamento e os Serviços Técnicos da DGRF, actuarem em sentido oposto, atrasando

processos, aplicando "regras" inadequadas, etc. e, de um modo geral, dificultando a vida dos caçadores e suas agremiações de classe, que dia a dia e de forma graciosa e abnegada se dedicam à causa cinegética.

Com que finalidade dificultam os caçadores? Pergunto-lhes!...

Mas antes de terminar não posso deixar de responsabilizar os serviços da DGRF por não terem funcionado com a celeridade adequada neste processo de (re)ordenamento cinegético - porque era disso que se tratava, uma vez que aquela parcela já tinha estado ordenada -, ficando retido tempo demais, sem justificação plausível, o que de certo modo acabou por suscitar o que indesejavelmente aconteceu. Lamento, sinceramente.

Resta-me deixar a promessa de voltarmos a este assunto na próxima edição do "Caça Algarve".

*O Presidente da Federação
(Vitor M. B. Palmilha - Outubro'07)*

"Personalidade em Destaque"

O Presidente da Federação de Caçadores do Algarve, Vitor Manuel Bota Palmilha, foi agraciado com o prémio exclusivo "Personalidade em Destaque" na IX Festa do Desporto Tavirense, promovida pela Câmara Municipal de Tavira e realizada a 29 de Setembro, no Hotel Vila Galé.

O prémio (surpresa para o agraciado), entregue pelo Presidente da Câmara de Tavira, Eng. Macário Correia, distingue Vitor Palmilha "pela sua dedicação à Caça e à Pesca, bem como, pelo seu empenho na representação de todos os caçadores e pescadores, a nível local e regional".

O evento de periodicidade anual, teve lugar durante um jantar-convívio oferecido pela autarquia, em que no final foram agraciados cerca de 215 atletas e dirigentes desportivos tavirenses que em 2007 se distinguiram.

Ao "Caça Algarve" Vitor Palmilha disse desejar partilhar o prémio recebido "com os colegas dirigentes e colaboradores dedicados" da Federação.



Mau exemplo na Mata Nacional das Terras da Ordem

A Mata Nacional das Terras da Ordem, património do Estado Português, localiza-se no concelho de Castro Marim abrange uma área aproximada de 824 hectares (Figura 1), a qual se encontra actualmente

Constata-se que esta prática é exercida com regularidade, especialmente à noite, mas também já têm sido registadas outras ocorrências do género durante o dia. Numa visita à zona com o objectivo



Figura 2 – Área de Refúgio de Caça

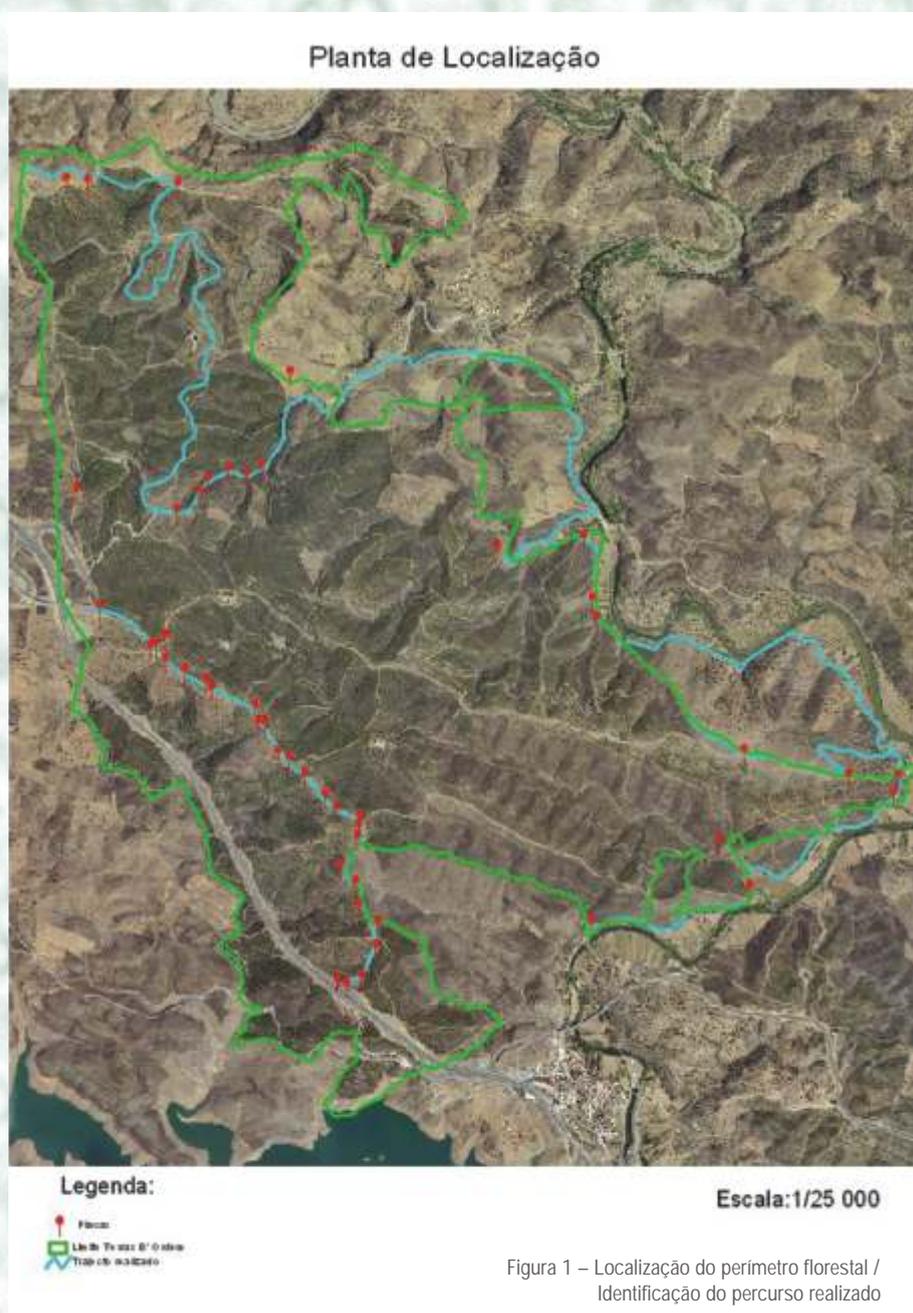


Figura 1 – Localização do perímetro florestal / Identificação do percurso realizado

placas de sinalização ao longo de diversos troços, falta de placas nos respectivos paus, ausência de placas de indicação de área de refúgio, paus com placas caídos, paus sem placas, sinalização fora do perímetro florestal, etc., como também foi ainda, para nosso espanto, identificada uma tabuleta de sinalização de Zona de Caça Nacional (ZCN), P 1469 (Figura 3), que como é obvio já não deveria estar no local e muito menos pregada num Pinheiro Manso.

No que respeita ao coberto ve-



Figura 3 – Placa de Sinalização de ZCN pregada num Pinheiro Manso

em área de refúgio de caça, como se pode identificar na tabuleta de sinalização da Figura 2.

Segundo declarações de populares, esta mancha é "um paraíso para a prática do furtivismo cinegético e ao que parece as acções de fiscalização extinguiram-se".

de averiguar a sinalização deste perímetro, bem como de outros factores, percorreu-se o troço identificado também na Figura 1.

Em resultado deste percurso, foram registadas diversas situações: sinalização (cartografada na Figura 1), verificou-se a inexistência de



Figuras 4 e 5 – A grande densidade representa um perigo iminente para a ocorrência de incêndio florestal

getal, parece terem sido esquecidas as boas práticas silvícolas em alguns segmentos.

Observaram-se diversas áreas que não estão a ser conduzidas da melhor forma, tendo em vista a melhoria e consolidação dos povoamentos florestais instalados, dado se encontrarem demasiado densas e

se destaca o Javali, a Raposa e o Sacarrabos.

Dada a escassez de alimento no interior do perímetro florestal estas espécies procuram alimento nas áreas limítrofes, ou seja, nas zonas de caça vizinhas, o que tem vindo a causar avultados prejuízos às respectivas entidades concessionárias,

tribuem para o desenvolvimento global das populações cinegéticas e que representam um atraso para o ordenamento cinegético, em nada dignificam o papel e a actuação dos serviços.

Perante esta situação pergunta-se qual é a moral do Estado, que fiscaliza as zonas de caça, quando



Figuras 6, 7 e 8 – Aspecto dos lameiros existentes

fechadas, como pode ser observado nas (Figuras 4 e 5).

Este tipo de coberto vegetal representa um autêntico perigo para a ocorrência de fogos florestais e em nada beneficia o desenvolvimento do arvoredo, entre outros factores, o que por consequência assume um resguardo ideal para um vasto leque de espécies de carácter predador, cinegéticas e não cinegéticas, onde

rias, situação que começa a tornar-se insustentável.

O Javali em especial e dada a sua abundância é uma das espécies que sofre maior pressão pelo furtivismo. Nas Figuras 6, 7 e 8 podem ser observados lameiros, alguns dos quais quase que a tornar intransitáveis os caminhos florestais.

Manchas desta natureza, que promovem o furtivismo, que não con-

as suas próprias matas e perímetros florestais estão mal sinalizados e carecem de gestão e fiscalização?!

O cumprimento da legislação cabe a toda a sociedade e o estado não deveria apenas ser exemplar, como servir de exemplo e cumprir integralmente com as suas obrigações, como exige na realidade aos cidadãos.



Ordenamento cinegético fomenta desenvolvimento

Entrevista conduzida por Dora Agapito

No concelho de Vila do Bispo existe uma Zona de Caça Municipal que está a ser gerida pelo Clube de Caça e Pesca do Concelho de Vila do Bispo.

Para melhor se perceber a realidade deste município em termos cinegéticos, o "Caça Algarve" foi ao encontro do Presidente da Câmara Municipal, Eng. Gilberto Viegas, que começou por recordar que as Zonas de Caça Municipais (vulgo ZCM) "foram criadas ao abrigo da nova Lei de Bases Gerais da Caça (Lei n.º 173/99 de 21 de Setembro) com o intuito de reduzir e, eventualmente, terminar com o regime livre de caça, proporcionando o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis".

Para o autarca de Vila do Bispo, "o regime livre não apresenta instrumentos suficientes de gestão do património cinegético dos territórios rurais, pelo que, o conceito das ZCM, na visão do legislador, foi concebido como instrumento transitório entre o regime livre e os formatos de gestão mais eficientes (caso das ZCA e ZCT).

A transitabilidade deste instrumento prende-se com a necessidade urgente de ordenar o território", destaca Gilberto Viegas, adiantando também que esse processo "apresenta alguns constrangimentos, nomeadamente, ao impor aos proprietários rurais, as Zonas de Caça Municipais (ZCM), que englobam os terrenos com aptidão cinegética que não estejam incluídos em outras Zonas de Caça, sem que para tal seja requerida a autorização dos proprietários".

O "Caça Algarve" (CA) prosseguiu esta entrevista ao Eng. Gilberto Viegas perguntando: **Qual a área ordenada e que percentagem da área total do concelho representa?**

Gilberto Viegas (GV): O Concelho de Vila do Bispo encontra-se dividido nas seguintes figuras de ordenamento cinegético:

Regime de Caça	Número	Área Total (ha)	%
Associativa (ZCA)	1	280,66	99,99
Municipal (ZCM)	1	12.437	
Direitos à não caça		12	
Terrenos não cinegéticos (Zona de Interdição de Caça ZIC, e, terreno livre interdito em 2007 * PMSACV)		5.202	
TOTAL - REGIME ORDENADO - 17.931,66			
*Ao abrigo da Portaria nº 257/2007 de 12 de Março			
Regime livre (NÃO ORDENADO)		137	< 0,01
Área do Concelho		17.932	



Dados complementares do ordenamento regional:

Concelho	Área do concelho (ha)	Área ordenada (ha)	ZC Associativa	Área (ha)	ZC Turística	Área (ha)	ZC Municipal	Área (ha)	% de Área Ordenada por Concelho
Albufeira	14.091	10.080	0	0	0	1	10.080	79%	
Alcochete	57.667	47.396	33	23.237	13	22.690	3	1.471	82%
Aljezur	32.243	22.844	0	416	0	0	22.839	71%	
Castro Marim	20.882	21.909	12	16.626	2	876	2	4.499	72%
Faro	20.282	8.187	9	2.790	0	0	2	3.387	39%
Lagos	9.890	4.944	0	0	0	2	4.944	50%	
Lagos	21.292	16.785	3	3.811	0	1	13.174	79%	
Loulé	76.513	61.968	35	48.892	2	1.791	1	3.323	89%
Monchique	39.615	37.673	5	4.857	0	324	4	32.492	90%
Olhão	12.882	8.380	2	1.061	0	0	2	3.599	47%
Portimão	17.826	14.031	1	400	3	1.888	2	10.882	74%
S. B. Alportel	16.006	11.371	7	9.306	0	0	1	2.060	79%
Silves	67.876	60.246	33	18.248	7	4.728	8	39.182	89%
Tavira	61.106	47.728	37	41.244	4	2.489	3	4.999	79%
Vila do Bispo	17.932	12.718	0	281	0	0	1	12.437	71%
V.R.B.ª António	8.590	2.699	2	1.820	0	0	1	1.179	44%
Total	499.460	374.768	198	989.146	31	34.730	37	170.981	79%

Nota: este quadro apresenta um desfazamento no valor total da área da ZCM de Vila do Bispo devido à desanexação de terrenos por Direito à não Caça (Portaria nº797/2007 de 24 de Julho).

Entrevista ao Eng. Gilberto Viegas,
Presidente da Câmara Municipal de

Vila do Bispo



CA - Esse ordenamento cinegético tem sido positivo na prevenção aos fogos florestais?

GV - A existência de zonas de caça é uma garantia de ocupação do espaço rural com forte desertificação humana, promovendo-se sementeiras e bebedouros especificamente para a caça em função do grau de abandono das manchas territoriais.

É um facto que os caçadores são, actualmente, os melhores actores no cenário do interior algarvio, mantendo a necessária vigilância durante todo o ano, assegurando a manutenção da fauna e planificando anualmente a exploração deste recurso.

Indirectamente, pela mobilização periódica dos terrenos, desmatção e demais acções de manutenção dos cobertos arbóreos e arbustivos, estão inequivocamente a contribuir para a prevenção dos incêndios florestais, assim como a sua vigilância assegura directamente um apoio ao alerta atempado das entidades competentes em caso de ignições.

|| os caçadores são, actualmente, os melhores actores no cenário do interior algarvio, mantendo a necessária vigilância durante todo o ano, assegurando a manutenção da fauna e planificando anualmente a exploração deste recurso ”

CA - Nas vertentes sócio-económica e turística, a existência dessa Zona de Caça representa uma mais-valia para o município, ou não? Em que aspectos?

GV - Sem dúvida que sim!

Por um lado, é um meio de assegurar transitoriamente, a gestão de um recurso francamente depauperado pelos sucessivos anos de regime não ordenado.

Por outro lado, a caça é uma actividade tradicional fortemente enraizada nos métodos de aproveitamento dos recursos do meio rural, o que supõe o uso ordenado de um recurso renovável e sustentado, conforme se comprova ao longo dos séculos, podendo contribuir, a prazo, para a valorização da qualidade de vida das populações rurais, principalmente nas áreas mais desfavorecidas.

Como se verifica na vizinha Espanha, o sector da caça é a terceira rubrica do Produto Interno Bruto espanhol, com seis mil milhões de euros.

No entanto, em Portugal, onde a caça movimenta um décimo desse valor (600 milhões de euros), existe um caminho a percorrer para atingir tal patamar quantitativo mas que carece de uma estruturação qualitativa, nomeadamente pela conversão progressiva das ZCM em ZCA e ZCT, de forma a assegurar a remuneração directa das populações e proprietários rurais.

O sector cinegético cria mais-valias através do envolvimento directo de caçadores, agricultores e pro-

prietários na partilha de actividades de lazer para uns e de rendimentos para outros, permitindo às áreas de baixa densidade acolher visitantes na época baixa (Outono-Inverno) em complemento à época estival, onde o Algarve apresenta outros atractivos.

Outros sectores colaterais poderão vir a beneficiar com a evolução da prática cinegética, como por exemplo, o turismo rural, a restauração, o turismo de natureza, entre outros.

CA - Que apoio está a autarquia a dar ao Clube de Caça e Pesca, para melhor gerir esse espaço em termos de manutenção e reprodução das espécies cinegéticas que lá existem?

GV - O apoio desta Autarquia reflecte-se directamente quer ao nível da cedência de um espaço municipal ao Clube de Caça e Pesca de Vila do Bispo para sua sede quer ao nível do apoio financeiro com base nos critérios de apoio ao Associativismo e correspondência ao Plano de Actividades que o Clube apresente anualmente, e indirectamente, pela implementação e manutenção das infraestruturas florestais de Defesa da Floresta contra Incêndios, as quais beneficiam os habitats.

Nestas acções podem-se incluir, no último ano, a limpeza de 5 km de faixas de gestão de combustível da rede terciária, reparação de 4 pontos de água e construção de 2 novos pontos de água em área de Parque Natural, acções de silvicultura preventiva (desramação vertical, desmatção selectiva e desbaste) nas faixas de protecção de aglomerados populacionais e junto a linhas de água (instalação de linhas verdes no Parque Natural), abertura / beneficiação de 10 km de caminhos florestais e, finalmente, a criação de 133 ha da rede primária de Faixas de Gestão de Combustível.

Em complemento à manutenção deste património natural, dinamizou-se a vigilância florestal e 1ª intervenção em caso de Incêndios Florestais, realizadas pela Brigada ao abrigo do programa AGRIS 3.4 (BA 1179), durante a época crítica.

Além destas acções, esta Autarquia, integrada na Associação de Municípios Terras do Infante (Vila do Bispo, Lagos e Aljezur), realizou um Plano de Ordenamento Cinegético intermunicipal, como instrumento que programe no tempo, no espaço, em termos técnicos e sócio-económicos, as actividades humanas a realizar para que seja alcançado um manejo racional, optimizado, compatível, estável e sustentável dos recursos naturais renováveis presentes neste território.

Primeira edição da Feira da Perdiz do Concelho de Alcoutim

Edição de 2008 já está garantida

No pavilhão desportivo de Martinlongo, concelho de Alcoutim, realizou-se nos passados dias 12 e 13 de Outubro, a primeira edição da Feira da Perdiz, certame que foi visitado por alguns milhares de pessoas oriundas de toda a região algarvia, nomeadamente muitos caçadores que quiseram assinalar a sua passagem pela iniciativa em apoio moral à organização a cargo da autarquia alcouteneja.

Presidida pela Senhora Governadora Civil do Distrito de Faro, Dr.^a Isilda Gomes, na sessão inaugural participaram também,



entre outras entidades, o presidente da Região de Turismo do Algarve, Dr. António Pina, e o presidente da Federação de Caçadores do Algarve, Vítor Palmilha, e o presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, Dr. Francisco Amaral, o anfitrião na visita aos diversos motivos de interesse do evento, nomeadamente à exposição de espécies cinegéticas vivas e às demonstrações de falcoaria, e ainda uma exposição de aquarelas alusivas à caça, da autoria do pintor Carlos Luz.

Além da exposição de uma grande variedade de artigos ligados à actividade cinegética, como as armas de caça e artigos de vestuário ou calçado, o certame envolveu também a venda de produtos de artesanato e gastronomia regional. O turismo de habitação e diversas zonas de caça turística do concelho de Alcoutim estiveram igualmente representados.

Em paralelo, diversas tasquinhas espalhadas pelo recinto ofereciam especialidades típicas à base de caça. No que concerne à animação a actuação do grupo Adiafa foi o momento alto do certame.

Numa organização da autarquia local que contou com a colaboração da Federação de Caçadores do Algarve, o apoio da Região de Turismo do Algarve e do programa Leader+, pelo êxito alcançado, a Feira da Perdiz do Concelho de Alcoutim já tem garantida a sua segunda edição em 2008.



Caça Algarve

PERIODICIDADE MENSAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Edição: Federação de Caçadores do Algarve
Praceta das Bernardas, n.º 4 r/c 8800-685 Tavira
Telf: 281 326 469 - Fax: 281324 060
E-mail: fed.cac.alg@clix.pt - <http://www.fc.algarve.pt>
Design, Maquetização, Paginação e Grafismo:
Região Sul 2 - Publicações, Lda.
Betunes 8100-254 Loulé
Impressão e Acabamentos:
Gráfica Comercial - Arnaldo Matos Pereira, Lda.
Zona Industrial - 8100 Loulé
Publicação: Outubro / 2007 - Exemplares: 2.000